Direito Internacional Dos Direitos Humanos – Ditadura Militar Brasileira E O Caso Das Mãos Amarradas - Sistema Jurídico De Direitos Individuais E Coletivos: A Dignidade Humana E Os Direitos Humanos Como Processo

Internazionali Sui Diritti Umani - Dittatura Militare E Il Caso Di Brasiliani Mani Legate - Sistema Giuridico Di Diritti Individuali E Collettivi: Dignità Umana Ei Diritti Umani Come Un Processo.

Carolina Angelo Montolli¹

¹ Carolina Angelo Montolli Carolina Angelo Montolli - Post-doctorado en Derecho Penal por la Universidad Nacional de La Matanza. Doctora en Derecho Público Internacional de la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais. Profesora de Academia de Polícia de Minas Gerais y Escola Superior Dom Helder Camara. Abogada Criminalista BH, MG.

Resumo

O objetivo principal desse trabalho é o de dar uma resposta a um problema que surgiu na contemporaneidade, que é avaliar o modo pelo qual o Direito tem sido utilizado em prol dos avanços sociais no Brasil, partindo do princípio e das mostras da litigância para a defesa do interesse público, sob a perspectiva dos direitos humanos considerados em todos os seus aspectos universais e indivisíveis. Principalmente, a partir do lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, ocorrido em 21 de dezembro de 2009, que dentre suas metas, estabeleceu de forma inédita a criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de resgatar informações relativas ao período da repressão militar. Por isso procuramos buscar a compreensão da história, do discurso e da memória sob os parâmetros da lei de anistia, o direito à verdade e à justiça na ação afirmativa dos direitos humanos, através da objetividade, historicidade e relatividade da realidade jurídica brasileira, do Estado de Direito da justiça de transição, sob a ótica dos interesses militares, e o alcance da proteção normativa dos direitos humanos no Brasil. Relatar e compreender nesse bojo de informações e à luz das instâncias internacionais e nacionais de que forma o Direito tem sido utilizado como instrumento de defesa dos interesses públicos, e qual tem sido o impacto dessas informações sobre a sociedade humana frente à história que paira sobre nossas cabeças como algo sem sentido e desprovido de qualquer utilidade. Uma vez que vemos que não há incorporação da jurisprudência da Corte

Interamericana e dos parâmetros protetivos internacionais pelo Supremo Tribunal Federal, nesse caso. Mostrar a tensão existente dentro do governo, a respeito da política de Estado em prol da memória, verdade e justiça. E de que forma, podemos destruir o muro invisível existente em nossa sociedade, quando se questiona ou procura-se buscar respostas que estão naquele passado autoritário, para romper com essa barreira para então viabilizarmos o ritual de passagem à ordem democrática. Sabemos que não foram poucas as tentativas de intelectuais a investigar as origens daquelas formas autoritárias e opressivas que ainda se encontram no presente, e que ainda se deparam com um impasse analítico teórico desse problema. Afinal de contas ainda vivemos com o que comumente denominamos legado autoritário. Formas herdadas de um passado que pode ser analisado por sucessivas demonstrações de desrespeito aos Direitos Humanos e preceitos democráticos. Cremos que não há dúvidas de ver que a grande dificuldade em proteger e promover políticas ligadas aos Direitos Humanos encontra neste ponto uma de suas origens. Dessa forma pretendemos expandir o conhecimento sobre a história, memória e esquecimento, ressaltando os limites, e nos aprofundando sobre o que consideramos ético e moral, para investigar os paradigmas entre memória e esquecimento que estão presentes em debates sobre a preservação e divulgação dos arquivos que se encontram guardados a sete chaves, e que relatam a olho nu, o que ocorreu em meio aos conflitos, guerras e àquele período de repressão política. Os debates que vem ocorrendo tanto nos meios acadêmicos como na sociedade sobre esse período da nossa história, embora não dependam apenas de documentos e testemunhos, possuem neles um grande aliado. Posto isso, desejamos tão somente explicar quais são os fatores que determinam ou condicionam e o porquê da adoção de soluções em detrimento de outras e qual é o papel da Filosofia do Direito na compreensão da democracia inesperada e na ação afirmativa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Sistema Jurídico de Direitos Individuais e Coletivos. Caso Mãos Amarradas.

Riassunto

L'obiettivo principale di questo lavoro è quello di dare una risposta a un problema che sorse nel presente, che sta valutando il modo in cui la legge è stata utilizzata a favore del progresso sociale in Brasile, assumendo il contenzioso e spettacoli per la difesa l'interesse pubblico, dal punto di vista dei diritti umani in tutti gli aspetti considerati universali e indivisibili. Principalmente dal rilascio del Programma Nazionale di 3 per i Diritti Umani, avvenuta il 21 dicembre 2009, che tra i vostri obiettivi, situato in un modo senza precedenti per creare una Commissione nazionale per la verità, al fine di recuperare le informazioni relative al periodo di repressione militare. Quindi, cercare di ottenere una comprensione della storia, della parola e della memoria con i parametri della legge di amnistia, il diritto alla verità e alla giustizia in azioni positive per i diritti umani attraverso l'obiettività, la relatività della realtà storica e giuridica in Brasile, lo Stato Legge di giustizia di transizione dal punto di vista degli interessi militari, e la portata normativa di tutela dei diritti umani in Brasile. Segnala questo rigonfiamento e comprendere informazioni e alla luce delle nazionali e forum internazionali come la legge è stata utilizzata come strumento di difesa degli interessi pubblici, e ciò che è stato l'impatto di informazioni sulla società umana in avanti per la storia che pende sulle nostre teste come priva di significato e privo di qualsiasi utilità. Una volta che vediamo che non vi è alcuna incorporazione della giurisprudenza della Corte inter-americana e parametri internazionali di protezione da parte della Corte Suprema in questo caso. Mostra la tensione all'interno del governo sulla politica statale in favore della memoria, verità e giustizia. E in questo modo siamo in grado di distruggere il muro invisibile che esiste nella nostra società, quando si cerca di porre domande o cercare risposte che sono passato autoritario, a rompere quella barriera e poi viabilizzarmos il rito di passaggio per l'ordine democratico. Sappiamo che ci sono stati

228 MONTOLLI, C.A.: Direito Internacional Dos Direitos Humanos – Ditadura Militar Brasileira E O Caso Das Mãos Amarradas - Sistema Jurídico De Direitos Individuais E Coletivos: A Dignidade Humana E Os Direitos Humanos Como Processo

pochi tentativi di indagare le origini intellettuali di quelle forme oppressive e autoritarie che sono ancora presenti, e che ancora di fronte a una situazione di stallo teoria analitica di questo problema. Dopo tutto viviamo ancora con ciò che comunemente chiamiamo l'eredità autoritaria. Forme ereditate da un passato che può essere analizzato da ripetute dimostrazioni di mancanza di rispetto per i diritti umani e precetti democratici. Noi crediamo che senza dubbio vedere che la grande difficoltà nel tutelare e promuovere i diritti umani le politiche sono a questo punto una delle sue origini. Così abbiamo intenzione di ampliare la conoscenza della storia, memoria e oblio, evidenziando i limiti, e l'approfondimento di ciò che consideriamo etico e morale, per indagare i paradigmi tra memoria e dimenticando che sono presenti nei dibattiti circa la conservazione e la diffusione dei file che sono strettamente custoditi, e la segnalazione al nudo, che si è verificato nel bel mezzo della repressione dei conflitti, della guerra e politica quel periodo. Le discussioni che si sono verificate sia nel mondo accademico e nella società in questo periodo della nostra storia, anche se non basarsi su documenti e testimonianze, hanno in loro un grande alleato. Detto questo, in modo che solo voglio spiegare quali sono i fattori che determinano o condizione e perché l'adozione di soluzioni rispetto ad altri e qual è il ruolo della filosofia del diritto alla comprensione inaspettata della democrazia e dei diritti umani azione affermativa.

Palabras clave: Protezione Internazionale dei Diritti Umani. Sistema legale dei diritti individuali e collettivi. Se mani legate

Introdução

Preâmbulo de uma ditadura no Brasil

“Varre, varre vassourinha /
Varre, varre a bandalheira /
O povo já está cansado / De
sofrer dessa maneira
Jânio Quadros esperança /
Desse povo abandonado”.¹

Para abordarmos os motivos que levaram os militares a tomarem o poder no Brasil no dia 31 de março de 1964, necessário se faz voltarmos alguns anos antes na história, pois certamente tudo começou com a ascensão ao poder e a renúncia do ex-presidente Jânio da Silva Quadros, em 25 de agosto de 1961.

Num período em que os brasileiros tiveram o poder de votar tanto para presidente como para vice-presidente da República separadamente, Jânio Quadros conseguiu bater mais um recorde entre tantos outros, os quais ele havia conquistado em sua carreira política, até chegar ao posto máximo do Executivo nacional, o cargo de Presidente da República.

Tanto que após uma visita a Havana, a convite do ditador Fidel Castro, e uma longa viagem de avião por esse Brasil, em campanha presidencial. Em 3 de outubro de 1960, Jânio derrotou o Marechal Henrique Teixeira Lott, com 1,8 milhões de votos de diferença. Ele obteve 5.636.623 votos para a Presidência da República, contando com uma margem de 48,57% do total de votos depositados nas urnas.

Em janeiro de 1961, Jânio assume a Presidência da República, e entre seus atos, condecora Che Guevara com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul. Sem maioria no Congresso, ele enfrenta uma dura oposição a seu governo, e diversas críticas de políticos e de empresários que não aceitam o seu jeito de governar o país.

Após receber uma comissão de dirigentes empresariais em Brasília, que lhe entregam um memorial de 40 páginas “*Sugestões para uma Política Nacional de Desenvolvimento*”, Jânio pronuncia as seguintes palavras:

“Quando assumi a Presidência, este país era um caos. Não estou usando uma figura, uma imagem literária. Encontrei um caos econômico, um caos financeiro, um caos administrativo. Tenho de aplicar medidas drásticas e ásperas a fim de conduzir este país à sanidade (...). Homens poderosos já me procuraram para expressar sua insatisfação com o meu governo. Expliquei-lhes que só haveria dois meios de tolher os meus passos; depor-me ou assassinar-me, o que não me parece fácil. Só venceremos o caos, só alcançaremos a sanidade, com o

¹ Trecho da marcha da campanha presidencial de Jânio Quadros, que embalava o país esperançoso. (ARNT, Ricardo. 2004, p. 130)

sacrifício de todos. Ou juntamos todas as nossas forças ou acabaremos perecendo todos juntos. Os sacrifícios terão de ser distribuídos proporcionalmente. Os que têm maior capacidade se sacrificarão mais, os que têm menor, se sacrificarão menos. Se os senhores me apoiarem, ser-me-á fácil levar a bom termo a tarefa da sanidade nacional. Se os senhores não me apoiarem, provavelmente falharei, mas desconfio que não falharei sozinho, porque outros terão falhado também". (ARNT, 2004, p. 144).²

Arnt (2004) relata que Jânio ao enviar Jango (João Goulart) para a China, afastando-o do Brasil, e com o ato de sua renúncia a ser realizado no dia 25 de agosto, Jânio pretendia sensibilizar e trazer para perto dele, os militares, mas infelizmente o plano não deu certo, e o país acatou com um misto de espanto e incredulidade sua decisão de renúncia.

Ao renunciar ao cargo de Presidente da República, Jânio Quadros em uma de suas tantas frases proféticas, teria pedido ao país que o limpassem, pois achava que já era tarde para que os homens de seu tempo o fizessem, mas que não seria problema para os seus filhos, e exortava os brasileiros a enfrentar uma guerra democrática.

Posteriormente, e bem depois de ter encerrado seu mandato como prefeito de São Paulo, que administrou entre os anos de 1985-1988, Jânio em uma entrevista para seu neto, confessou:

"(...) Nunca falei a ninguém que renunciei por causa de forças ocultas. Getúlio Vargas

² "Als ich die Präsidentschaft antrat, war dieses Land im Chaos. Ich bin nicht mit einer Figur, ein literarisches Bild. Ich fand ein wirtschaftliches Chaos, einem finanziellen Schlamassel, administrative Chaos. Ich habe zu drastischen Maßnahmen und hart angewendet werden, um dieses Land zur Vernunft führen (...). Leistungsstarke Männer haben mich angesprochen, um meine Unzufriedenheit mit der Regierung auszudrücken. Ich erklärte, dass es nur zwei Möglichkeiten, um meine Schritte behindern: leg mich töten oder mir, das scheint nicht einfach. Nur gewinnen das Chaos, werden wir nur erreichen, Vernunft, mit dem Opfer von allen. Oder setzen alle unsere Kräfte zusammen und am Ende zugrunde gehen. Die Opfer werden proportional verteilt werden. Diejenigen, die besser in der Lage, mehr, diejenigen, die weniger haben, wenn auch weniger Opfer zu opfern. Wenn Sie mich unterstützen, werde ich einfach durchzuführen erfolgreich die Aufgabe der nationalen Vernunft. Wenn Sie nicht mich unterstützen, wahrscheinlich nicht, aber ich vermute, das wird nicht allein nicht, weil andere versagt haben, auch". (ARNT, 2004, p. 144).

«Lorsque j'ai assumé la présidence, ce pays était en plein chaos. Je ne suis pas en utilisant une figure, une image littéraire. J'ai trouvé un chaos économique, un gâchis financier, chaos administratif. J'ai d'appliquer des mesures draconiennes et sévères afin de mener ce pays à la raison (...). Les hommes du pouvoir ont approché de moi pour exprimer mon mécontentement avec le gouvernement. Je lui ai expliqué qu'il n'y aurait que deux façons d'empêcher

mes pas: me couche ou me tuer, ce qui ne semble pas facile. Juste gagner le chaos, nous n'atteindrons la santé mentale, avec le sacrifice de tous. Ou mettre toutes nos forces ensemble et finissent par périr. Les sacrifices seront répartis proportionnellement. Ceux qui sont mieux en mesure de sacrifier plus, ceux qui ont moins, si moins de sacrifice. Si vous me soutenir, je vais être facile à réaliser avec succès la tâche de santé mentale nationale. Si vous n'avez pas me soutenir, probablement échouer, mais je soupçonne que ne manquera pas seul, parce que d'autres ont échoué, aussi". (ARNT, 2004, p. 144).

"When I assumed the presidency, this country was in chaos. I'm not using a figure, a literary image. I found an economic chaos, a financial mess, administrative chaos. I have to apply drastic measures and harsh in order to lead this country to sanity (...). Powerful men have approached me to express my dissatisfaction with the government. I explained that there would be only two ways to hinder my steps: lay me or kill me, which does not seem easy. Just win the chaos, we will only achieve sanity, with the sacrifice of all. Or put all our forces together and end up perishing. The sacrifices will be distributed proportionally. Those who are better able to sacrifice more, those who have less, if less sacrifice. If you support me, I will be easy to carry out successfully the task of national sanity. If you did not support me, probably fail, but I suspect that will not fail alone, because others have failed, too". (ARNT, 2004, p. 144).

atribuiu o suicídio dele às forças ocultas. Eu renunciei por causa de forças terríveis e, só para você saber, eu nunca disse fi-lo porque qui-lo; isso seria um erro grave de português. Disse: fi-lo porque o quis. É incrível como as coisas são distorcidas (...).³

As forças terríveis a que Jânio Quadros se referia, segundo ARNT (2004, p. 166), era tudo aquilo que mandava na democracia prostituída e que governava o Brasil.

(...) Com Jango bem distante do país, como era de interesse de Jânio Quadros, deixando-o impossibilitado de articular qualquer manobra política para colocá-lo no poder. Jânio só não contava que o seu vice-presidente tivesse no Brasil um aliado forte e poderoso no interior do Rio Grande do Sul, Leonel Brizolla. Este tão logo soube da renúncia iniciou as articulações para colocar o amigo, Jango, no poder. Entretanto Ranieri Mazzili, como presidente da Câmara dos Deputados assume o poder até o retorno de Jango da China. O que aconteceu em seguida foi justamente o fato de que o Brasil,

desde Jânio Quadros havia feito concessões e tomado posições sempre favoráveis ou ao lado de governos socialistas e comunistas. Tanto que, quando a Presidência da República caiu no colo de Jango, os militares que já se articulavam e tinham o apoio dos militares americanos (tendo em vista as inúmeras ditaduras militares existentes no continente, naquele período), não viam Jango com bons olhos como salienta FERREIRA (2006),

“(...) a visão de que Goulart representava uma ameaça, pois seu governo possibilitaria a entrada do comunismo no país e a instauração de uma República sindicalista. Na perspectiva dos políticos da UDN, Jango era o Kerensky brasileiro. Essa alusão à fase preparatória da Revolução Russa pressupunha que Jango estaria comprometido com a implantação de políticas defendidas pela esquerda radical. Contraditoriamente, os depoimentos dos políticos udenistas expressam também outra imagem de Jango, associada à demagogia e ao descomprometimento com qualquer projeto de reforma existente (...)”. (FERREIRA, 2006, p. 11)⁴.

³ "(...) Ich sprach nie mit jemand, der wegen der verborgenen Kräfte zurückgetreten. Vargas zurückzuführen sein Selbstmord, um okkulte Kräfte. Ich trat zurück, weil der schreckliche Kräfte und, nur damit Sie wissen, ich habe nie gesagt, ich tat es, weil sie es wollten, wäre das ein schwerer Fehler in Portugiesisch ist. Said tat es, weil er es wollte. Es ist erstaunlich, wie sich die Dinge zu bekommen (...) verzerrt". (ARNT, Ricardo, 2004, p. 166)

"(...) Je n'ai jamais parlé à quiconque qui a démissionné en raison des forces cachées. Vargas attribué son suicide à des forces occultes. J'ai démissionné en raison des forces terribles et, juste pour que vous le savez, je n'ai jamais dit que je l'ai fait parce qu'ils le voulaient, ce serait une grave

erreur en portugais. Dit qu'il a fait parce qu'il le voulait. C'est incroyable de voir comment les choses se déforment (...)". (ARNT, Ricardo, 2004, p. 166)

"(...) I never spoke to anyone who resigned because of hidden forces. Vargas attributed his suicide to occult forces. I resigned because of terrible forces and, just so you know, I never said I did so because they wanted it, that would be a serious mistake in Portuguese. Said did it because he wanted it. It's amazing how things get distorted (...)". (ARNT, Ricardo, 2004, p. 166)

⁴ "(...) Die Ansicht, dass Goulart eine Bedrohung war, weil seine Regierung den Eintrag des Kommunismus im Land und die Errichtung einer Republik Gewerkschafter

Ferreira (2006) ao ouvir o relato e depoimento de inúmeros adversários e correligionários que trabalharam ou estiveram junto a João Goulart, faz um perfil de sua personalidade como homem, e como presidente da República, mas alguns desses depoimentos apontam o distanciamento de Goulart diante das dificuldades da governabilidade do país. Afinal de contas, ele não tinha aspirações de ser Presidente, e o cargo caiu no seu colo. Finalmente Ferreira (2006) define o papel de Goulart da seguinte forma,

Na verdade, as acusações feitas a Goulart e as insuficiências atribuídas a ele, que fazem dele o responsável maior pelo golpe de 1964 e pelos

21 anos de ditadura que se seguiram, devem ser estendidas aos demais atores sociais da época. Limitações e defeitos de uma geração, de uma cultura política, não podem ser atribuídos exclusivamente a um indivíduo. Os equívocos do governo Goulart devem ser pensados como oriundos em grande parte das práticas políticas vigentes no regime de 1945-64. Tanto as avaliações que exageraram o papel de Goulart, fazendo dele o depositário de todos os males e consequentemente o portador de um poder, de uma capacidade de articulação, de um projeto equivocado quanto aos limites de seu tempo e da sua sociedade, quanto aqueles que o retratam como incapaz de articular qualquer proposta consistente expressam uma memória contraditória que iguala em certa medida as forças conservadoras e os segmentos da esquerda. (FERREIRA, 2006, p. 28)⁵.

ermöglichen würde. Aus der Perspektive der politischen UDN wurde Jango der Kerenski-Brasilien. Diese Anspielung auf die Vorbereitungsphase der russischen Revolution ausgegangen, dass Jango auf die Umsetzung der Maßnahmen durch die radikale Linke befürwortete begangen werden. Umgekehrt UDN die Aussagen der Politiker auch ausdrücken anderen Jango Bild mit Demagogie und Ausrücken bei jedem Projekt der Reform bestehenden verbundenen (...)" (FERREIRA, 2006, p. 11).

"(...) L'idée que Goulart a été une menace, parce que son gouvernement allait permettre l'entrée du communisme dans le pays et l'établissement d'un syndicaliste République. Dans la perspective de l'UDN politique, Jango a été le Brésil, Kerenski. Cette allusion à la phase préparatoire de la Révolution russe supposé que Jango serait engagée à la mise en œuvre des politiques préconisées par la gauche radicale. Inversement, les déclarations des politiciens UDN expriment également l'image d'autres Jango associés à la démagogie et le désengagement de tout projet de réforme existants (...)" (FERREIRA, 2006, p. 11).

"(...) The view that Goulart was a threat because his government would allow the entry of communism in the country and the establishment of a Republic unionist. From the perspective of political UDN, Jango was the Kerensky Brazil. This allusion to the preparatory phase of the Russian Revolution assumed that Jango would be committed to the implementation of policies advocated by the radical left. Conversely, the statements of politicians UDN also express other Jango image associated with

demagoguery and disengagement with any project of reform existing (...)" (FERREIRA, 2006, p. 11).

⁵ In der Tat führte die Anklage gegen Goulart und Schwächen zu ihm, was ihn am meisten verantwortlich für den Staatsstreich von 1964 und um 21 Jahre Diktatur, die folgten, sollte auf andere gesellschaftliche Akteure der Zeit erweitert werden. Einschränkungen und Mängel einer Generation, kann eine politische Kultur nicht nur zu einer Person zugeordnet werden können. Die Fehler der Goulart sind wie die sich weitgehend aus den bestehenden politischen Praktiken in das Regime von 1945-64 gedacht werden. Beide Gutachten, dass die Rolle der Goulart übertrieben, so dass es der Verwahrer allen Übels und damit Träger einer Macht, die Fähigkeit zu artikulieren, um eine falsche, um die Grenzen ihrer Zeit und ihrer Gesellschaft Projekt, wie diejenigen, die schildern ihn als nicht in der Lage zu artikulieren jede brauchbare Vorschlag bringt eine widersprüchliche Speicher, der zu einem gewissen Grad die konservativen Kräfte und Teile der linken entspricht. (Ferreira, 2006, S. 28).

En fait, les accusations portées contre Goulart et des faiblesses qui lui sont attribués, faisant de lui le plus responsable pour le coup de 1964 et de 21 ans de dictature qui ont suivi, devrait être étendu à d'autres acteurs sociaux de l'époque. Limites et défauts d'une génération, une culture politique ne peut pas être attribuée uniquement à un individu. Les erreurs de la Goulart devrait être considéré comme résultant largement des pratiques politiques existantes dans le régime de 1945-1964. Les deux évaluations qui surestimer le rôle de Goulart, ce qui en fait le dépositaire de tous les maux et donc le porteur

Os militares tomam o poder

“(…) Há soldados armados /
Amados ou não / Quase todos
perdidos / De armas na mão /
Nos quartéis lhes ensinam /
Uma antiga lição: / De morrer
pela pátria / E viver sem razão
(...)”⁶

González (2002) lembra que o colapso da política populista se dá em 31 de março de 1964, com o golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, dando início a um período de 21 anos de autoritarismo.

Arruda (1997, p. 421) comenta que o golpe militar já estava prestes a ser executado, uma vez que os militares e alguns políticos não viam com bons olhos, a posse de Jango, por considerá-lo comprometido com as esquerdas. Tanto que em São Paulo, os efetivos do II Exército chegaram a ser deslocados, e houve tentativas de levante na Aeronáutica (São Paulo

e Brasília). Por outro lado, no Rio Grande do Sul houve uma forte reação em favor de João Goulart, e as forças do Estado, encabeçadas pelo governador Leonel Brizola, foram mobilizadas com o objetivo de marchar para o norte, para assegurar a posse de Goulart. Apesar de refreado pelo Congresso, que a 2 de setembro aprovou uma alteração na Constituição, instituindo o regime parlamentarista no país, Goulart tomou posse na presidência da República no dia 7 de setembro. Mas desde o início do seu governo teve de enfrentar sérios problemas econômico-financeiros como: inflação, desvalorização da moeda, alta do custo de vida e dívida externa do país. No dia 23 de janeiro de 1963, após um plebiscito em que cerca de 10 milhões de brasileiros optaram pelo fim do parlamentarismo (7 de janeiro de 1963), o ato adicional nº 4 foi revogado e o país voltou ao presidencialismo.

Ele relata ainda que apoiado por seus correligionários do partido, o PTB, e por uma parte do PSD, além de associações estudantis e sindicatos, João Goulart prometia grandes reformas sociais, nacionalização das empresas

d'un pouvoir, une capacité à articuler, à projeter une fausse quant à la limite de leur temps et leur société, comme ceux qui dépeindre lui comme incapable d'articuler une proposition viable exprime une mémoire contradictoires qui équivaut à une certaine mesure, les forces conservatrices et les segments de la gauche. (Ferreira, 2006, p. 28).

In fact, the charges against Goulart and weaknesses attributed to him, making him the most responsible for the coup of 1964 and by 21 years of dictatorship that followed, should be extended to other social actors of the time. Limitations and defects of a generation, a political culture can not be attributed solely to an individual. The errors of the Goulart should be thought of as arising largely from

the existing political practices in the regime of 1945-64. Both appraisals that overstated the role of Goulart, making it the depository of all evil and thus the bearer of a power, an ability to articulate, to project a wrong as to the limits of their time and their society, as those who portray him as unable to articulate any viable proposal expresses a contradictory memory which equates to some extent the conservative forces and segments of the left. (Ferreira, 2006, p. 28).

⁶ VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. Trecho da música. Disponível no endereço: <http://letras.terra.com.br/geraldo-vandre/46168/>. Acesso em: 20 de março de 2012.

estrangeiras e a realização da reforma agrária, principalmente no Norte e Nordeste do país. Mas as contradições entre seu governo e os setores oposicionistas se acentuavam cada vez mais. Os membros mais importantes da oposição eram os governadores dos Estados de São Paulo (Adhemar de Barros), Minas Gerais (José de Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda) e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

Ao assinar publicamente dois decretos, o de nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e o de criação da SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária, em um comício realizado em frente à Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, diante de mais de 200 mil pessoas, Goulart, acendeu o estopim que iria desencadear o golpe dias mais tarde. Tudo porque a oposição já tinha preparado uma resposta, tanto que no dia 19 de março, eles realizaram em São Paulo uma passeata – a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” – organizada pela União Cívica Feminina, da qual participaram cerca de 500 mil pessoas.

No dia 20, do mesmo mês, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais pedia, numa quebra da disciplina e da hierarquia, a exoneração do ministro da Marinha, Silvio Mota, que havia impedido um pronunciamento político do almirante Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais. Alguns marinheiros, cabeças do movimento, foram presos. No dia 25, a Associação voltou a se reunir no Sindicato dos Metalúrgicos, juntamente com representantes do Comando Geral dos Trabalhadores, para exigir a

libertação dos colegas presos, além da destituição do ministro da Marinha, em cujo lugar deveria ser nomeado um “almirante do povo”.

No dia 27, os marinheiros amotinados (1.200 homens) entregaram-se ao Exército, atendendo a um apelo de João Goulart, que horas depois os punha em liberdade, exonerava Silvio Mota e atendia a outras reivindicações dos rebeldes. Enquanto isso, em Minas Gerais, no quartel-general da oposição, o governador Magalhães Pinto, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luis Guedes, o marechal Odílio Denys e outros preparavam a reação. No dia 29 de março ficou decidido que a revolta militar que derrubaria Jango se iniciaria no dia 2 de abril. Mas, no dia 30 de março, em reunião comemorativa do aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, João Goulart reafirmou, em discurso, seu propósito de manter a política que vinha adotando. No dia 31, os generais Olímpio Mourão Filho (IV Região Militar) e Carlos Luis Guedes (IV Infantaria Divisória) deflagraram o movimento. O governo mineiro lançou então, por uma cadeia de emissoras de rádio, o manifesto-senha da revolução, cuja autoria é atribuída ao senador Milton Campos.

Arruda (1997) conta ainda que iniciada a rebelião em Minas Gerais, as atenções voltaram-se para São Paulo, onde, depois de muita expectativa, os revolucionários conseguiram a adesão do general Kruehl, comandante do II Exército. Imediatamente, tropas mineiras

marcharam em direção ao Rio e Brasília. João Goulart encontrava-se na Guanabara e, tendo recebido o manifesto no qual o general Mourão Filho exigia sua renúncia, partiu para Brasília, onde esperava poder controlar a situação. Mas, ao ver que não contava com o dispositivo militar nem com o apoio armado dos grupos que o sustentavam, fugiu para Porto Alegre, no dia 1º de abril. O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da República, e empossou como presidente em exercício, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

No Rio Grande do Sul, Goulart encontrou-se com Brizola, que insistia que seu Estado poderia resistir. Goulart recusou qualquer tentativa de resistência e, a 4 de abril de 1964, pediu asilo político ao Uruguai. No dia 9, os ministros militares, brigadeiro Correia de Melho, almirante Augusto Rademaker e general Arhur da Costa e Silva assinaram o Ato Institucional nº 1.

Arruda (1997) explica que o movimento de março de 1964 mudou a feição política do país. Formou-se o Comando Supremo da Revolução, com oficiais das três armas, e em seguida foi eleito (no dia 11 de abril de 1964) para a presidência o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15 e iniciou um processo de expurgo político dos homens ligados ao antigo governo. Vários atos institucionais se seguiram, dando ao

governo direito de cassar, suspender direitos políticos e dissolver o Congresso.

Cabrera (2010, p. 40) relata que a esta altura, as cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos, bem como o afastamento de servidores públicos e professores (só na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram expurgados 17 professores entre os meses de maio e setembro de 1964) já era prática amplamente perpetrada em todo o país.

Cabrera (2010) conta ainda que nos dois anos seguintes ao do seu mandato, que seria prorrogado até março de 1967, e que iria abranger a maior parte do período de consolidação / estabilização do golpe, Castello Branco seria responsável ainda, pela edição:

a) Do Ato Institucional nº 2 (em outubro de 1965), que extinguiu os partidos políticos brasileiros existentes até então, e, com um ato complementar, em novembro, instaurou o bipartidarismo no país; b) do Ato Institucional nº 3 (em fevereiro de 1966), que terminou com as eleições diretas para governador e prefeitos das capitais; c) do Ato Institucional nº 4 (em dezembro de 1966), que obrigou o Congresso Nacional (que havia sido fechado temporariamente em outubro como forma de represália) a votar rapidamente o projeto da nova Constituição da República (promulgada em fevereiro de 1967); d) da Lei de Imprensa (em fevereiro de 1967), que permitia ao Governo intervir diretamente nos meios de comunicação quando estes se manifestassem de forma incompatível com as posições oficiais; e) e da

reformulação da Lei de Segurança Nacional.
(CABRERA, 2010, p. 40).⁷

Ele explica ainda que por coexistir dois partidos (a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido do regime golpista, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, da oposição), eles criavam uma forma caricatural de oposição, a ditadura fazia parecer que, embora seu presidente não fosse eleito diretamente pelo povo, a democracia era preservada em alguns aspectos.

O fato é que desde o início do período ditatorial, a ação repressiva (prisão, tortura e eliminação de opositores) vinha sendo refinada através dos órgãos oficiais como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e as delegacias regionais da polícia federal (BRASIL; SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO

ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007, p. 23 *apud* CABRERA, 2010, p. 40).

Em 15 de março de 1967, quando entrou em vigor a nova Constituição, foi empossado o novo ditador-presidente, o Marechal Arthur da Costa e Silva. Cabrera (2010, p. 41, comenta que Costa e Silva, foi o responsável pela preparação do endurecimento do regime e foi eleito indiretamente pelo Congresso. Arruda (1997) conta também que,

(...) o ano de 1968 foi agitado por protestos dos estudantes, intelectuais, padres progressistas contra o governo. Movimentos guerrilheiros ocorreram em pontos isolados do país. O terrorismo passou a agir principalmente na zona urbana, através de assaltos armados e sequestros políticos como o do embaixador americano Charles Burke Elbrick.
(ARRUDA, 1997, p. 421)⁸.

⁷ a) die Institutional Act Nr. 2 (Oktober 1965), die den brasilianischen politischen Parteien erloschen existieren so weit, und mit einem Akt im November weiter, gründete die Überparteilichkeit des Landes b) des Institutional Act Nr. 3 (Feb. 1966), die direkte Wahlen zum Gouverneur und Bürgermeister der Hauptstadt, c) ended) der Institutional Act Nr. 4 (Dezember 1966), die die Congress (die vorübergehend im Oktober hatte als eine Möglichkeit von Repressalien geschlossen) gezwungen vote schnell für das Design der neuen Verfassung (verabschiedet im Februar 1967), d) des Presserechts (Februar 1967), die der Regierung direkt intervenieren, in den Medien, wenn sie sich in einer Weise mit den Positionen manifestieren erlaubt Offiziere und) und die Neuformulierung der National Security Act. (CABRERA, 2010, p. 40)

a) la loi organique n ° 2 (Octobre 1965), ce qui éteint les partis brésiliens politiques existent à ce jour, et avec un autre acte en Novembre, a établi le bipartisme dans le pays b) de la loi organique n ° 3 (février 1966), qui s'est terminée élections directes pour le gouverneur et les maires de la capitale, c) la loi organique n ° 4 (Décembre 1966), qui a forcé le Congrès (qui avait été temporairement fermé en Octobre comme un moyen de représailles) pour voter rapidement pour la conception de la nouvelle Constitution (adoptée en Février 1967), d) de la loi sur la presse (Février

1967), qui a permis au gouvernement d'intervenir directement dans les médias quand ils se manifestent d'une manière incompatible avec les positions officières, et) et la reformulation de la Loi sur la sécurité nationale. (CABRERA, 2010, p. 40)

a) the Institutional Act No. 2 (October 1965), which extinguished the Brazilian political parties exist so far, and with an act further in November, established the bipartisanship in the country b) of the Institutional Act No. 3 (Feb. 1966), which ended direct elections for governor and mayors of the capital, c) the Institutional Act No. 4 (December 1966), which forced the Congress (which had been temporarily closed in October as a way of reprisal) to vote quickly for the design of the new Constitution (enacted in February 1967), d) of the Press Law (February 1967), which allowed the government to intervene directly in the media when they manifest themselves in a manner inconsistent with the positions officers, and) and the reformulation of the National Security Act. (CABRERA, 2010, p. 40)

⁸ (...) Das Jahr 1968 war von Protesten von Studenten, Intellektuellen, progressive Priester gegen die Regierung erschüttert. Guerilla-Bewegungen traten in isolierten Flecken auf dem Land. Der Terrorismus hat Maßnahmen

manifestações públicas realizadas tanto no seu cortejo fúnebre, como na sua missa de sétimo dia. (CABRERA, 2010, p. 42).⁹

Cabrera (2010) lembra que em 28 de março de 1968, com a manifestação de estudantes reivindicando melhores condições na infra-estrutura do Calabouço, restaurante popular situado próximo ao centro do Rio de Janeiro que era frequentado principalmente por estudantes secundaristas e pré-universitários e que servia refeições baratas que, embora nutritivas, eram insípidas, a guerra foi declarada (GASPARI, 2002b, p. 277 *apud* CABRERA, 2010, p. 41).

Ele conta ainda que,

No meio do tumulto, um tiro certeiro de um policial militar mata o estudante Edson Luis de Lima Souto (que, com apenas dezessete anos, pobre, estudante e migrante nortista, não era vinculado a nenhuma organização política), e, a partir da sua morte, ficou difícil conter as

Cabrera (2010, p. 42) relata ainda que, embora em 30 de março, prevendo o efeito dominó que o acontecimento do dia 28 causaria, os integrantes do regime tenham feito do Ministro da Justiça seu porta-voz para determinar que as passeatas estudantis fossem reprimidas em todo país, todavia, tão grande quanto a ação repressiva consumada pelos agentes estatais foi a multidão de subversivos que, mesmo proibida, saiu às ruas para protestar contra o assassinato do estudante. Dessa forma, em meio ao conflito explícito entre defensores da DSN e defensores da entrega dos poderes aos civis, nos meses seguintes ocorrem diversas manifestações civis e estudantis contrárias à manutenção da ditadura, dentre elas a célebre

in erster Linie in städtischen Gebieten gemacht, durch bewaffnete Raubüberfälle und Entführungen von Politikern wie US-Botschafter Charles Burke Elbrick. (ARRUDA, 1997, p. 421).

(...) L'année 1968 a été secoué par les protestations des étudiants, intellectuels, prêtres progressistes contre le gouvernement. Mouvements de guérilla s'est produit dans des endroits isolés du pays. Le terrorisme a pris des mesures principalement dans les zones urbaines, à travers vols à main armée et enlèvements de politiciens tels que l'ambassadeur américain Charles Elbrick Burke. (ARRUDA, 1997, p. 421).

(...) The year 1968 was shaken by protests by students, intellectuals, progressive priests against the government. Guerrilla movements occurred in isolated spots in the country. Terrorism has taken actions primarily in urban areas, through armed robberies and kidnappings of politicians such as U.S. ambassador Charles Burke Elbrick. (ARRUDA, 1997, p. 421).

Student, war keiner politischen Organisation verbunden sind), und von seiner Tod, es war schwer zu halten öffentliche Demonstrationen statt sowohl in den Trauerzug, und in seiner siebten Tag Masse. (Cabrera, 2010, p. 42).

Au milieu du tumulte, une photo claire d'un policier tue l'étudiant Edson Luis Souto de Lima (qui, avec seulement dix-sept ans, pauvre, étudiant nord et migrants, a été lié à aucune organisation politique), et de son mort, il était difficile d'organiser des manifestations publiques tenues à la fois dans le cortège funèbre, et dans sa masse septième jour. (Cabrera, 2010, p. 42).

Amid the tumult, a clear shot of a policeman kills the student Edson Luis de Lima Souto (who, with only seventeen years old, poor, northern and migrant student, was not linked to any political organization), and from its death, it was difficult to hold public demonstrations held both in the funeral procession, and in its seventh day mass. (Cabrera, 2010, p. 42).

⁹ Mitten in den Stürmen, tötet einen klaren Schuss eines Polizisten den Studenten Edson Luis de Lima Souto (der mit nur 17 Jahre alt, arm, Nord-und Wanderarbeiter

“Passeata dos Cem Mil”, que, no Rio de Janeiro, reivindica justiça e liberdade, e, além disto, são cada vez mais freqüentes as ações de guerrilha urbana. Para o autor o contexto é dramático e aí são refinados os mecanismos de implementação do Terror de Estado (TDE) sobre a população. Com isto, ao ser difundido e consolidado paulatinamente, o TDE visível nas experiências de uma “cultura do medo” que, irradiada tanto pelos funcionários-agentes civis, como pelos militares, através da efetivação do binômio *transgressão-punição*, difunde a idéia de que há um inimigo interno (potencialmente qualquer cidadão) que deve ser combatido (levando as pessoas a se isolarem umas das outras) com uma vigilância constante, sendo que, a serviço do terror instituído, atuam nos meios de comunicação manipulando ou ocultando informações.

Para Cabrera (2010, p., 42) o TDE teve sua chance de efetiva concretização a partir dos acontecimentos de agosto de 1968, quando, por um motivo torpe, é desencadeada uma grande polêmica em virtude de um pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves que, ao ter sua punição negada pelo Congresso Nacional, levou à edição do Ato Institucional mais duro do regime, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Cabrera (2010, p. 43) lembra que com o AI-5, através do exercício de poderes quase absolutos, podiam ser suspensos os direitos civis e políticos de qualquer cidadão, que passava a ter negado o direito ao *habeas corpus*, e, subordinados os demais poderes estatais ao Executivo, sob qualquer pretexto estava possibilitado ao

Presidente da República fechar os órgãos do Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembléia Legislativas e Câmaras de Vereadores).

Finalmente Cabrera (2010, p. 43) esclarece que diante da possibilidade de promover a repressão ilimitada, em julho de 1969, em São Paulo, com o auxílio financeiro de empresários paulistas (GASPARI, 2002, p. 62 *apud* CABRERA, 2010, p. 43), é criada a Operação Bandeirante (OBAN), que ficou conhecida pela forma implacável de atuação na caça aos subversivos, sendo responsável pela tortura, morte e desaparecimento de diversos militantes.

Arruda (1997) relata ainda que a ditadura militar ainda sofreu um revés, foi quando no dia 17 de dezembro de 1969, faleceu o Marechal Costa e Silva, dessa forma os militares colocaram na presidência da Revolução, o General Emílio Garrastazu Médici, que iniciou seu governo com a preocupação de solidificar as bases populares e um programa de desenvolvimento aliado ao combate à inflação.

Gaspari (2002, p. 15) por seu turno, declara que “*os oficiais-generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história*”. E complementa seu pensamento, dizendo que,

A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura por conta de uma antiga associação de dois conceitos. O primeiro, genérico, relaciona-se com a concepção

absolutista da segurança e da sociedade. Vindo da Roma antiga, (...) ele desemboca nos porões: "Contra a Pátria não há direitos" informava uma placa pendurada no saguão dos elevadores da polícia paulista. Sua lógica é elementar: o país está acima de tudo, portanto tudo vale contra aqueles que o ameaçam. O segundo conceito associa-se à funcionalidade do suplício. A retórica dos vencedores sugere uma equação simples: havendo terroristas, os militares entram em cena, o pau canta, os presos falam e o terrorismo acaba. Como se vangloriou o general Emílio Garrastazú Medici, mais de dez anos depois de ter deixado o poder: "Era uma guerra, depois da qual foi possível devolver

a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país. Se não aceitássemos a guerra, se não agíssemos drasticamente, até hoje teríamos o terrorismo". (GASPARI, 2002, p. 15)¹⁰.

A tortura é filha do poder, não da malvadeza. Como argumentou Jean Paul Sartre (1958, *apud* GASPARI, 2002, p. 17): "A tortura não é desumana; é simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens [...]. O desumano não existe, salvo nos pesadelos que o medo engendra". Gaspari (2002) por sua vez

¹⁰ Folter wurde routinemäßig Lehre und Praxis innerhalb des Militärs Maschine der politischen Repression der Diktatur, weil aus einer Kombination von zwei alten Konzepten. Der erste, allgemeine, bezieht sich auf das Konzept der absoluten Sicherheit und Gesellschaft. Aus dem alten Rom, (...) es endet im Keller: "Gegen das Vaterland keine Rechte" informiert eine Tafel hängen in den Aufzug Lobby Sao Paulo Polizei. Seine Logik ist elementar: Das Land ist über alles, so geht alles gegen diejenigen, die sie bedrohen.

Das zweite Konzept mit der Funktionalität der Leidensweg verbunden. Die Gewinner der Rhetorik deutet auf eine einfache Gleichung: Terroristen gibt, das Militär in die Stick singt, Gefangenen zu sprechen, und Terrorismus endet kommen. Da prahlte Garrastazu General Emilio Medici, mehr als 10 Jahre nach dem Verlassen Leistung: "Es war ein Krieg, nach dem es möglich war, den Frieden nach Brasilien zu bringen. Ich landete mit dem Terrorismus in diesem Land. Wenn Sie nicht akzeptieren, der Krieg, es sei denn, wir dramatisch, heute handeln wir den Terrorismus. "(Gaspari, 2002, p. 15).

La torture est devenue une question de l'enseignement de routine et la pratique au sein de la machine militaire de répression politique de la dictature en raison d'une combinaison de deux concepts anciens. Le premier, générique, se rapporte à la notion de sécurité absolue et la société. Venant de la Rome antique, (...) il se termine dans la cave: «Contre la Patrie aucun droit" informé d'une plaque suspendue dans le hall des ascenseurs de la police de Sao Paulo. Sa logique est élémentaire: le pays est au-dessus de tout, donc tout va à l'encontre de ceux qui la menacent.

Le deuxième concept associé à la fonctionnalité de l'épreuve. Les gagnants de la rhétorique suggère une équation simple: il ya des terroristes, les militaires arrivent, le bâton chante, parle des prisonniers, et se termine le terrorisme. Comme vanté Garrastazu général Emilio Medici, plus de dix ans après la puissance de partir: «Ce fut une guerre, après laquelle il a été possible de ramener la paix au Brésil. J'ai fini avec le terrorisme dans ce pays. Si vous n'acceptez pas la guerre, si nous n'agissons pas de façon spectaculaire, aujourd'hui nous le terrorisme. "(Gaspari, 2002, p. 15).

Torture became a matter of routine teaching and practice within the military machine of political repression of the dictatorship because of a combination of two ancient concepts. The first, generic, relates to the concept of absolute safety and society. Coming from ancient Rome, (...) it ends in the basement: "Against the Fatherland no rights" informed a plaque hanging in the elevator lobby of Sao Paulo police. His logic is elementary: the country is above everything, so everything goes against those who threaten it.

The second concept associated with the functionality of the ordeal. The winners of the rhetoric suggests a simple equation: terrorists there, the military come in, the stick sings, prisoners speak, and terrorism ends. As boasted Garrastazu General Emilio Medici, more than ten years after leaving power: "It was a war, after which it was possible to bring peace to Brazil. I ended up with terrorism in this country. If you do not accept the war, unless we act dramatically, today we terrorism. "(Gaspari, 2002, p. 15).

esclarece que a natureza imoral dos suplícios desaparece aos olhos daqueles que os fazem funcionar, confundindo-se primeiro com razões de Estado e depois com a qualidade do desempenho que dá às investigações. O fenômeno ocorre em dois planos. Num está a narrativa da vítima, com seus sofrimentos. No outro, a do poder, com sua rotina e a convicção da infalibilidade do método. Para presidentes, ministros, generais e torcionários, o crime não está na tortura, mas na conduta do prisioneiro. É o silêncio, acreditam que lhe causa os sofrimentos inúteis que podem ser instantaneamente suspensos através da confissão. Como argumentava o bispo de Diamantina, d. Geraldo de Proença Sigaud, “confissões não se conseguem com bombons”.

Arendt (1989, p. 341-342) por sua vez esclarece que,

O fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das demais formas de idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos,

¹¹ Der Fanatismus der totalitären Bewegungen, im Gegensatz zu anderen Formen des Idealismus verschwindet das Moment der Bewegung setzt ihn in Gefahr ihre fanatischen Anhänger, die Tötung alle verbleibenden Glaube an sie, dass der Zusammenbruch der Bewegung selbst überlebt haben könnten. Aber innerhalb der Organisationsstruktur der Bewegung, während es ganzen bleibt, sind die fanatischen Mitglieder unerreichbar durch Erfahrung und Argument, die Identifikation mit der Bewegung und die vollständige Einhaltung scheinen vernichtet ihre Fähigkeit zu fühlen, selbst etwas so extrem wie die haben Folter oder die Angst vor dem Tod. (ARENDT, 1989, p. 341-342).

Le fanatisme des mouvements totalitaires, contrairement à d'autres formes d'idéalisme disparaît au moment où le mouvement le met en danger leurs disciples fanatiques, tuant toute croyance reste en eux qui peuvent avoir survécu à l'effondrement du mouvement lui-même. Mais au sein de la structure organisationnelle du mouvement,

matando neles qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento. Mas, dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte. (ARENDT, 1989, p. 341-342)¹¹.

Sobre as torturas, Gaspari (2002) revela ainda que o Centro de Informações do Exército (CIE) produziu uma apostila intitulada Interrogatório. Suas 49 páginas permitem o exame dessa ambiguidade no seu nível mais baixo, o operacional. Ela informava que “a liberdade de atuação dos interrogadores deverá estar subordinada ao prescrito em leis e regulamentos, e delimitada por diretrizes emanadas das autoridades responsáveis pela

alors qu'il reste ensemble, les membres fanatiques sont inaccessibles par l'expérience et l'argumentation, l'identification avec le mouvement et le respect intégral semblent avoir détruit leur capacité à se sentir, même quelque chose d'aussi extrême que l'a torture ou la peur de la mort. (ARENDT, 1989, p. 341-342).

The fanaticism of totalitarian movements, unlike other forms of idealism disappears the moment the move puts him in jeopardy their fanatical followers, killing any remaining belief in them that may have survived the collapse of the movement itself. But within the organizational structure of the movement, while it remains whole, the fanatical members are unattainable by experience and argument, identifying with the movement and full compliance seem to have destroyed their ability to feel, even something as extreme as the torture or the fear of death. (ARENDT, 1989, p. 341-342).

Segurança Interna”¹². Se os interrogadores deviam respeitar as leis, pouca importância teriam as diretrizes. Daí o fato do trabalho do CIE ter sido um diálogo de ambiguidade:

No cravo: “Uma agência de contra-informações não é um Tribunal de Justiça [...] Deve ser decidido pelo governo qual a prioridade a ser dada à utilização dos elementos capturados ou presos, isto é, se dirigida ao processamento judicial, ou seja, voltada para os interesses das informações”.

Na ferradura: “Os princípios básicos para o tratamento de pessoas sob prisão ou detenção, durante as operações de segurança interna, estão contidos no artigo 3 da Convenção de Genebra. Estes princípios devem ser observados”. “[...] O uso da tortura é uma técnica de interrogatório ineficiente”.

E no cravo: “Será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. [...] Se o prisioneiro tiver de ser

apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões”.

Gaspari (2002) salienta que, “a ambiguidade obriga o governo a manter ao mesmo tempo uma situação mentirosa e um mundo clandestino”. É comum que presidentes ou ministros neguem a existência de delitos usualmente praticados em suas administrações. Assim sucede com as propinas, o contrabando e o tráfico de influência.

O autor mostra ainda que um exemplo da dissimulação dos hierarcas pode ser encontrado numa explicação do ex-presidente João Baptista Figueiredo, em 1996:

“Se houve a tortura no regime militar, ela foi feita pelo pessoal de baixo, por que não acredito que um general fosse capaz de uma coisa tão suja, não aceito isso”. Ou ainda nas memórias do ministro Jarbas Passarinho: “Praticaram-na clandestinamente”. (GASPARI, 2002, p. 21)¹³.

¹² “(...) Handlungsfreiheit der Vernehmer gelten die Bestimmungen in Gesetzen und Verordnungen, und begrenzt durch Vorgaben durch die zuständigen Behörden für die innere Sicherheit ausgegeben. (Gaspari, 2002, S. 18).

Liberté d'action “(...) des interrogateurs sont soumises aux dispositions des lois et règlements, et délimitée par les lignes directrices émises par les autorités responsables de la sécurité intérieure. (Gaspari, 2002, p. 18).

“(…) Freedom of action of interrogators shall be subject to the provisions in laws and regulations, and bounded by guidelines issued by the authorities responsible for internal security. (Gaspari, 2002, p. 18).

¹³ “Wenn es Folter während der Militärdiktatur, sie durch das Personal war unten gemacht, warum es nicht glauben, dass eine allgemeine Lage etwas so schmutzig war, weiß ich nicht akzeptieren.” Oder die Erinnerungen an die Minister Jarbas Bird: “Sie praktiziert es heimlich.” (Gaspari, 2002, S. 21).

«S'il y avait la torture pendant le régime militaire, elle a été faite par le personnel ci-dessous, pourquoi ne pas croire qu'un général a été capable de quelque chose si sale, je ne l'accepte pas.” Ou les souvenirs de l'Oiseau ministre Jarbas: “Ils l'ont pratiqué secrètement.” (Gaspari, 2002, p. 21).

“If there was torture during the military regime, it was made by the staff below, why not believe that a general

Ele complementa o assunto com o desabafo do ex-tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo, que torturou presos de 1968 a 1971 nos porões do 12º RI, em Belo Horizonte:

“As altas autoridades do país foram as primeiras a tirar o seu da reta. [...] Todos os agentes do governo que escreveram sobre a época do regime militar foram muito comedidos. Farisaicos, até. Não sabiam de nada, eram santos, achavam a tortura um absurdo. Quem assinou o AI-5? Não fui eu. Ao suspender garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões” (GASPARI, 2002, p. 21)¹⁴.

O Crime das Mãos Amarradas

Cabrera (2010) explica inicialmente que os dados biográficos de Manoel Raymundo Soares, bem como os fatos que serão pouco a pouco apresentados, foram obtidos a partir dos trabalhos organizados pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (ALMEIDA; et al., 2009, p. 101-104), pela Comissão Especial sobre Mortos e

Desaparecidos Políticos (BRASIL; Secretaria Especial Dos Direitos Humanos; Comissão Especial Sobre Mortos E Desaparecidos Políticos, 2007, p. 75-77) e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região (2008), que, ciente da importância do julgamento deste caso, tanto para o campo jurídico como para a história contemporânea brasileira, organizou uma publicação com os principais documentos do processo, a fim de que o seu conteúdo fosse amplamente difundido.

Ele informa que, Manoel Raymundo Soares nasceu em Belém, capital do Pará, em 15 de março de 1936. De família humilde, fez curso técnico de aprendizagem industrial no Instituto Lauro Sodré, onde trabalhou em uma oficina mecânica. Em 1953, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde moraria com alguns conhecidos. Para conhecer um pouco da história e do trabalho da CFMDP, da CEMDP e da Comissão de Anistia, (ver: Brasil; Secretaria Especial Dos Direitos Humanos; Comissão Especial Sobre Mortos E Desaparecidos Políticos, 2007; Lisboa, 2009; Silva Filho, 2008 *apud* CABRERA, 2010, p. 49).

was capable of something so dirty, I do not accept that." Or the memories of the Minister Jarbas Bird: "They practiced it secretly." (Gaspari, 2002, p. 21).

¹⁴ "Die höchsten Behörden des Landes waren die ersten, Ihre Ärsche. [...] All die Regierungsbeamten, die über die Ära der Militärrherrschaft schrieb, waren auch stumm geschaltet. Pharisäisch up. Wusste nichts, Heilige waren, dachte absurd Folter. Wer unterzeichnete die AI-5? Es war nicht ich. Durch die Aussetzung verfassungsmäßige Garantien, ließ sich alles, was im Keller passiert." (Gaspari, 2002, S. 21).

"Les plus hautes autorités du pays ont été les premiers à obtenir vos ânes. [...] Tous les fonctionnaires du

gouvernement qui ont écrit sur l'époque du régime militaire étaient trop en sourdine. Pharisaique place. Ne savait rien, étaient des saints, la pensée de torture absurde. Qui a signé l'AI-5? Ce n'était pas moi. En suspendant les garanties constitutionnelles, se permettait de tout ce qui s'est passé dans le sous-sol." (Gaspari, 2002, p. 21).

"The highest authorities of the country were the first to get your asses. [...] All the government officials who wrote about the era of military rule were too muted. Pharisaic up. Knew nothing, were saints, thought absurd torture. Who signed the AI-5? It was not me. By suspending constitutional guarantees, allowed himself to everything that happened in the basement." (Gaspari, 2002, p. 21).

Cabrera (2010) conta ainda que em 1955, mesmo ano em que ingressou no Exército, conheceu e casou com Elizabeth Chalupp, operária industrial no Rio de Janeiro (MAESTRI; ORTIZ, 2008, p. 179). Com ascensão profissional rápida, visto que em menos de um ano de serviço no Exército, Manoel passaria de Soldado a Sargento, houve uma melhora expressiva nas condições materiais do casal. Tendo vivido em um barraco de apenas um cômodo e com um bico de luz, conforme referido por Elizabeth em entrevista concedida à equipe da Coordenadoria de Comunicação do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região (2008, p. 13), com a ascensão profissional de Manoel, ambos se mudaram para uma casa confortável onde nada lhes faltava e, a pedido do marido, ela, como era comum à época, deixaria de trabalhar. Além disso, nos anos que se seguiram às primeiras promoções, Manoel seria notado por seu engajamento na organização sindical e política dos suboficiais, onde, lembrado como uma pessoa culta (difundia ideias de Marx, Engels e Lênin), inteligente, decidida e corajosa, destacar-se-ia como uma das lideranças do “Movimento dos Sargentos” (MAESTRI; ORTIZ, 2008, p. 179-180). Ele relata ainda que, em 1963, Manoel participa das primeiras tentativas de organização de resistência ao Golpe de 1964, que já estava sendo articulado pelo Exército. Como represália à sua atuação, foi transferido para Campo Grande (Mato Grosso) e, consolidado o Golpe, com a

edição do Ato Institucional nº 1 (abril de 1964), teve sua prisão decretada. Impelido a viver na clandestinidade e temendo pela segurança de sua esposa, Manoel fez com que ela pegasse um avião e retornasse para o Rio de Janeiro. A partir deste dia o casal se reencontraria poucas vezes.

Cabrera (2010) continua seu relato dizendo que atuando clandestinamente, Manoel tornar-se-ia militante do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Nos dois anos posteriores ao início do regime ditatorial, correspondendo-se. Dona Elizabeth estava com 72 anos à época da entrevista (realizada no primeiro semestre de 2008) e residia no Bairro Cascadura, subúrbio do Rio de Janeiro. Uma vez que a mesma faleceu em junho de 2009, eventuais tentativas de, a parte, vir a ser entrevistada pelos autores desta pesquisa, restaram-se impossibilitadas. De acordo com o relatório elaborado e juntado ao Inquérito Policial pelo promotor de justiça Paulo Cláudio Tovo, foi-lhe informado por Elizabeth C. Soares que, após ela retornar ao Rio de Janeiro, somente duas vezes encontrou seu marido em casa (uma em agosto de 1965 e a outra em fevereiro de 1966), e, em outras poucas ocasiões, em locais públicos (Tribunal Regional Federal Da 4ª Região, 2008, p. 32-33 *apud* CABRERA, 2010, p. 49). O referido relatório ficou amplamente conhecido como “Relatório Tovo” devido à divulgação do caso na imprensa gaúcha. Diante da importância dos dados que nele se encontram, o mesmo foi reproduzido na

publicação do TRF da 4ª Região (2008, p. 27-64). Sempre que possível com Elizabeth, Manoel transferiu-se para Porto Alegre, cidade na qual atuaria contra a manutenção da ditadura até o dia 11 de março de 1966, quando, próximo ao Auditório Araújo Viana, por volta das 17 horas, foi preso por dois militares à paisana enquanto entregava material “subversivo” a um civil, Edu Rodrigues, que o delatara (ALMEIDA; et al., 2009, p. 101; MAESTRI; ORTIZ, 2008, p. 184 *apud* CABRERA, 2010, p. 49).

Ele conta ainda que levado até à PE, Manoel, desde sua chegada, foi submetido à tortura e espancamento, do qual participaram o Tenente Glênio Carvalho Sousa, além do 1º Tenente Nunes e do 2º Sargento Pedroso, os mesmos que, mais tarde, o conduziram até o DOPS (localizado na Av. João Pessoa, 2050, 3º andar), onde ficaria até 19 de março, quando foi transferido para a Ilha do Presídio (construção existente, à época dos fatos, em uma ilha situada no rio Guaíba). Em agosto de 1966, após quase cinco meses detido, Manoel continuava preso, mas, durante o período e, dentro do possível, correspondeu com Elizabeth que, sabendo da sua prisão e, preocupada, bem como a seu pedido, tentaria libertá-lo através da impetração de habeas corpus junto ao Superior Tribunal Militar – STM (MAESTRI; ORTIZ, 2008, p. 190-191 *apud* CABRERA, 2010, p. 49).

Cabrera (2010) explica que, no que se refere às tentativas de libertação do preso político via habeas corpus, é importante salientar que, embora juridicamente possibilitado o seu

uso, que somente viria a ser suspenso pelo AI-5, de dezembro de 1968, ocorre que, nas duas oportunidades em que o STM negou provimento à soltura de Manoel, o fez com base em informações incompletas fornecidas propositadamente pela PE, que, tendo-o detido e, em seguida, repassado ao DOPS (que o levaria para a Ilha do Presídio), encaminhava ao órgão judicial militar documentação comprovando não possuir o prisioneiro requisitado em suas dependências e/ou sob sua custódia (MAESTRI; ORTIZ, 2008, p. 190-191 *apud* CABRERA, 2010, p. 49). Ele relata que no dia 13 de agosto, Manoel é reconduzido ao DOPS para prestar novos “depoimentos”. A partir desta data, não se soube mais o que lhe aconteceu exatamente. Passados alguns dias, ao entardecer do dia 24 de agosto de 1966, um cidadão teve a desagradável surpresa de, às margens do rio Jacuí, próximo a Porto Alegre, encontrar um cadáver boiando. O cadáver, em estado de putrefação, estava com as mãos amarradas às costas, fato este que, sinistramente, serviu de inspiração para que o acontecimento ficasse conhecido como o “caso das mãos amarradas”. No período referido, com os habeas corpus negados pelo STM, e, sem ter recebido notícias do marido desde a sua última carta (de julho), Elizabeth deslocou-se para Porto Alegre pretendendo descobrir o que ocorria. Chegando à capital gaúcha e tomando conhecimento dos fatos recentemente ocorridos e da denúncia anônima de que o cadáver encontrado era de Manoel (veiculada pelos jornais locais), foi ao Instituto Médico Legal (em 30 de agosto) e

reconheceu o corpo. O autor conta que no dia 2 de setembro realizou-se o seu sepultamento, sendo o cortejo fúnebre acompanhado de uma série de manifestações populares que incluíram o hasteamento da Bandeira Nacional e o xingamento de um policial (a multidão gritava “assassinos”) (ALMEIDA; et al., 2009, p. 102 *apud* CABRERA, 2010, p. 49). Jamais se saberá ao certo o que aconteceu no período compreendido entre os dias 13 e 24 de agosto de 1966, contudo, embora inicialmente o DOPS tenha tentado afastar sua responsabilidade pela morte de Manoel Raymundo (cuja descoberta do cadáver inicialmente ganhara as páginas dos jornais sem que se soubesse de quem se tratava), devido à repercussão do caso na sociedade, ensejou-se a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e, além disto, foi designado o promotor Paulo Cláudio Tovo para proceder à realização de uma investigação sobre o caso (cujos resultados foram narrados em relatório corajosamente elaborado) para instruir o Inquérito Policial, ficando evidenciado, em ambas as averiguações, que as alegações dos órgãos militares eram falsas e que a morte do preso político era responsabilidade dos agentes da repressão, precisamente, do Major Luiz Carlos Menna Barreto, do Delegado José Morsch e integrantes de suas equipes (ALMEIDA; et al., 2009, p. 102 *apud* CABRERA, 2010, p. 49). No que se refere às circunstâncias do crime, foi constatado que

Manoel morrera entre os dias 13 e 20 de agosto devido à realização de uma sequência de “caldos” ou “afogamentos” por parte dos agentes do DOPS, e, mesmo em estado de decomposição, verificou-se, ainda, que o cadáver apresentava sinais possivelmente resultantes de tortura física, conforme conclusões apresentadas pelo promotor Tovo (Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2008, p. 59-62 *apud* CABRERA, 2010, p. 49). O promotor ao presumir que, tendo sido o prisioneiro submetido a uma sequência de afogamentos, enquanto os agentes da repressão o seguravam pelos pés e mergulhavam-no repetidamente nas águas frias do Guaíba, mas estando devidamente situado em uma balsa durante a realização da “tarefa”, o corpo da vítima possivelmente escapou e afundou. Isto explicaria não só a morte, como o fato de o corpo ter sido encontrado com um pé descalço, no entanto, não descarta a hipótese de crime doloso. A questão remanescente é que Elizabeth, intentando a responsabilização penal dos envolvidos no crime, iniciou longas e penosas batalhas judiciais que, no campo das demandas criminais, restaram infrutíferas. Em 1996, após a criação da CEMDP, a viúva recebeu indenização pelo assassinato do seu marido, tendo sido o pedido (nº 218/96) aprovado por unanimidade. Na esfera das ações de natureza civil, em 13 de agosto de 1973, em Porto Alegre, foi ajuizada ação civil indenizatória (Processo nº 88.0009436-8) por Elizabeth. Já que a mesma era proposta em face da União Federal, além dos

agentes do DOPS e do Estado do Rio Grande do Sul, a técnica processual exigia que a ação fosse processada pela Justiça Federal. Sobrevindo inúmeras discussões sobre a competência para julgar o caso, tendo em vista que o processo, logo após o seu início, fora transferido para a Justiça Estadual e, sendo argüida incompetência deste órgão do Judiciário, o mesmo foi levado até o antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR), após anos de espera, foi finalmente decidido que a causa deveria tramitar na Justiça Federal. De volta à Justiça Federal, e, novamente discutindo-se quem deveria julgar o caso (se a 1ª ou a 5ª Vara Federal de Porto Alegre), foi estabelecido que à 5ª Vara competia a resolução do processo das mãos amarradas, na qual, através de uma decisão preliminar, o processo foi extinto sem julgamento, porque acolhida a tese de que ocorrera prescrição dos direitos da autora. E conclui dizendo que revertida essa decisão preliminar, e, dando-se o devido prosseguimento à tramitação do processo, até o dia 11 de dezembro de 2000 a autora esperou pela sentença que, minuciosamente elaborada, foi proferida pelo Juiz Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. O Juiz, reconhecendo a responsabilidade civil do Estado brasileiro pela morte de Manoel, condenou-o a pagar à

Elizabeth uma indenização pelos danos morais sofridos, e, a título de danos materiais, o ressarcimento dos valores que a autora gastara, à época dos fatos, com alimentação, viagem, hospedagem, funeral e luto de família, bem como estabeleceu que à autora coubesse o recebimento de pensão mensal vitalícia, que, retroativa à data da morte de Manoel, equivalente à remuneração recebida por um 2º Sargento do Exército (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, 2008, p. 155-156 *apud* CABRERA, 2010, p. 49-52).

*Os acontecimentos desse último período são bastante educativos. Mostram que, por mais amplitude que adquira o movimento popular e por mais posições que detenha, se não contar com meios para enfrentar a violência das classes dominantes, acabará sendo batido. Sem desbaratar a máquina do Estado reacionário e derrotar o seu instrumento principal de coerção, as Forças Armadas, o povo brasileiro não poderá libertar-se da opressão e do atraso, nem da dependência do estrangeiro. Todas as tentativas que o povo tem feito para usufruir a verdadeira liberdade e para conquistar um regime mais humano e justo, utilizando outros caminhos, têm sido em vão. As armas dos dominadores negam sempre os anseios populares. (In: POMAR, 1980 *apud* SOUZA, 2006, p.34).¹⁵*

¹⁵ Die Ereignisse der letzten Zeit sind sehr lehrreich. Sie zeigen, wird jedoch weit von der Volksbewegung und mit mehr Positionen, wenn sie nicht über die Mittel verfügen, um die Gewalt der herrschenden Klassen zu konfrontieren angenommen, schließlich geschlagen werden. Ohne Unterbrechung der Maschinerie des reaktionären Staates und Niederlage sein Hauptinstrument der Nötigung, das Militär, kann das brasilianische Volk nicht frei, sich von Unterdrückung und Rückständigkeit, Abhängigkeit oder

im Ausland. Alle Versuche, die Menschen getan werden, um wirkliche Freiheit zu genießen und zu einer menschlicheren und gerechteren System zu erreichen, mit anderen Straßen haben vergeblich gewesen. Die Arme der Herrschenden immer verweigern die Volksstimmung. (In: Obstgarten, *apud* Souza 1980, 2006, S.34)

Les événements de cette dernière période sont très éducatifs. Ils montrent, toutefois mesure assumée par le

Considerações Finais

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos apresenta-se como uma ferramenta de importância inestimável para a garantia efetiva dos direitos humanos no continente americano, pois através dos dois órgãos previstos na Convenção Americana (Comissão e Corte Interamericana) garante-se não só o acompanhamento da conduta dos Estados membros, como também a possibilidade de se julgar casos, prolatando-se uma sentença que deverá ser cumprida, sob pena de sanções de natureza política perante a Organização dos Estados Americanos. Isso tem provocado espetaculares modificações no campo dos direitos humanos e até mesmo no próprio funcionamento do Estado. Isso porque à medida que os Estados se submetem a obrigatoriedade da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a soberania estatal passa a ser mitigada. Significa dizer que se antes o indivíduo ao sofrer algum dano em relação ao exercício de seus direitos fundamentais, recorresse ao poder judiciário e não obtivesse êxito (tendo uma sentença desfavorável transitada em julgado) ele

não teria mais alternativas tendo que se conformar com a atitude do Estado.

Após o reconhecimento da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mesmo tendo sentença desfavorável transitada em julgado, o indivíduo ainda poderá recorrer ao sistema externo, resta dizer, sendo o caso encaminhado a Comissão, posteriormente à Corte, esta prolatando sentença favorável ao indivíduo, reconhecendo a responsabilidade do Estado, e obrigando este a reparar os danos causados, o Estado não terá alternativa se não cumprir a sentença, visto que a sentença prolatada pela Corte Interamericana é inapelável.

Logo, os Estados ao se tornarem signatários da Convenção Americana geram para si um dever, qual seja, o de adequar sua legislação e jurisdição interna para que estas estejam em consonância com as normas externas e com a jurisprudência da Corte Interamericana. O presente estudo analisou o papel desempenhado pelo Poder Judiciário ao tratar as memórias da repressão política ocorrida no Brasil (1964-85). A pesquisa se propôs a uma análise da teoria não-convencional do direito e dos direitos humanos, defendendo que estes assumem na

mouvement populaire et la tenue des positions plus si elles n'ont pas les moyens d'affronter la violence des classes dominantes, finira par être battus. Sans perturber les rouages de l'Etat réactionnaire et la défaite de son principal instrument de coercition, de l'armée, le peuple brésilien ne peut pas se libérer de l'oppression et l'arriération, la dépendance ou à l'étranger. Toutes les tentatives que les gens ont fait pour jouir de la liberté réelle et de réaliser un

système plus humain et plus juste, en utilisant d'autres routes ont été en vain. Les bras des dirigeants toujours nier l'humeur populaire. (Dans: Verger, apud Souza 1980, 2006, p.34)

atualidade, marcada pela ruptura do paradigma da modernidade, um caráter emancipatório, a título de hipótese formulou-se a ideia de que o direito à memória e à verdade (um dos direitos humanos ensejado / construído nas sociedades após o retorno à democracia), através da fixação de indenizações, mas, sobretudo, diante da responsabilização civil daqueles que violaram os direitos dos perseguidos e presos políticos durante a repressão, restaria garantido, sendo também potencializados com estas decisões o respeito aos direitos humanos e à própria democracia. Optando-se pela técnica do estudo de caso, foi escolhido para ser analisado o processo civil em que se julgou o “caso das mãos amarradas”. Envolvendo a prisão ilegal, a tortura e a morte do preso político Manoel Raymundo Soares pelos agentes do DOPS gaúcho, em 1966, a demanda foi iniciada em 1973 na Justiça Federal de Porto Alegre, tendo como autora a viúva da vítima, Elizabeth Chalupp Soares. Da análise do processo, verificou-se que a hipótese sugerida restou parcialmente rejeitada por que: a) o lapso temporal transcorrido entre o início da ação (agosto de 1973) e o seu julgamento (em dezembro de 2000), justifica, por si só, a ineficácia parcial da sentença, que, embora tenha fixado a indenização pretendida, não condenou todos os réus inicialmente arrolados e, restando responsabilizada somente a União Federal, levou a autora ao desgaste extremo, numa espera que, durando quase trinta anos, ainda não foi finalizada, pois o processo segue tramitando na fase de execução; b) os limites da sentença se devem, além da excessiva demora no

julgamento, que certamente prejudicou a elaboração da verdade jurídica que veio a ser reconhecida pelo julgador, às próprias limitações que as provas produzidas ao longo do processo possuíam, evidenciando-se, neste sentido, a falta que fez ao esclarecimento dos fatos o acesso aos documentos produzidos pelo aparato repressivo. Independente destes aspectos negativos concluiu-se que, pelo menos em parte, a hipótese pôde ser aceita, pois é perceptível que, em ambiente democrático, o Judiciário parece ter assumido um maior controle na condução do processo, sendo proferida a sentença condenatória que, enquanto vigente a repressão, fora evitada. Finalmente, constatou-se que, se for conduzido de forma mais célere e for possível contar-se com o auxílio das autoridades judiciárias na produção e requisição das provas, o uso estratégico do processo civil como instrumento de efetivação da memória e da verdade pode vir a ser, sim, um caminho viável a ser trilhado pelas vítimas da repressão política e / ou pelos seus familiares.

Referências

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: Processo político e controvérsias intelectuais. São Paulo: LUA NOVA. Revista de Cultura e Política. N 49, p. 87-111, 2000.

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como

teoría de la fundamentación jurídica. Trad. Manuel Atienza e Isabel Espejo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam. São Paulo: Projeto História. N. 31. P. 131-146. Dez. 2005.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. Ente o Passado e o Futuro. Trad Mauro W. Barbosa. – 6. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARISTÓTELES. “Ética a Nicômaco”. Coleção Os Pensadores, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. "Poética". In: Os Pensadores. Trad. Eudoro de Souza. T. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARNT, Ricardo. Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações. 2004.

ARRUDA, José Jobson de A. História Moderna e Contemporânea. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1977.

ATIENZA, Manuel. Las Razones del Derecho. 3.A. Reimp. Teorías de la argumentación jurídica. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas/Universidad Nacional Autónoma de México. 2007.

BARROSO, Luis Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 3 ed. São Paulo: Saraiva 2004.

BELATTO, Luiz Fernando B. América Latina: 100 anos de opressão e utopia revolucionária. São Paulo: Revista Klepsidra. PUC. Edição nº 5. Dezembro/2000 – janeiro/2001. 2001.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. Acesso à justiça: um problema ético-social no plano da realização do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: Editora UnB, 1999.

BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant. Brasília: UnB, 1997.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Do Estado Liberal do Estado Social. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: SAFE, 1988.

CARVALHO NETTO, Menelick de. Requisitos paradigmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do Estado democrático de direito. Revista de Direito Comparado, Belo Horizonte, n. 3, 1999.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; Machado, Felipe Daniel Amorim (org). Constituição e Processo: a resposta do constitucionalismo à banalização do terror. Belo Horizonte: Del Rey, 2009a.

CAZENAVE, Michel. Mythes et histoire. Paris: Albin Michel, 1984.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CONNOR, Steven. Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

COSTA JUNIOR, Ernane Salles; GALUPPO, Marcelo Campos. A democracia como promessa: entre a imprescindibilidade do cálculo e a experiência aporética da justiça. In:

COSTA JUNIOR, Ernane Salles. A Força Normativa da Memória Constitucional: uma análise da trivialização das reformas na Constituição de 1988 a partir da obra Revolução dos Bichos de George Orwell. In: Encontro Nacional do CONPEDI, 2009b, Maringá. Anais [recurso eletrônico] do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito e Centro Universitário de Maringá (org). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009b. 1 CD-ROM.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. ((introdução e organização). *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994. p. 13.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. A Virada Hermenêutica. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GALUPPO, Marcelo Campos; COSTA JUNIOR, Ernane Salles da. Filosofia da Libertação Latino-Americana, Pluralismo e a questão das Ações Afirmativas Étnico Raciais. Cadernos Camilliani, Espírito Santo. v. 9, n. 3, p. 35-46, set/dez 2008.

GALUPPO, Marcelo Campos. Os princípios jurídicos no Estado Democrático de Direito:

ensaio sobre o modo de sua aplicação. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a.36, n. 143, jul/set. 1999.

GARZÓN, Baltasar. Exposição sobre “Direito à Memória e à Verdade” - Sobre a ditadura militar. São Paulo, 18 out. 2008.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.

GÜNTHER, Klaus. Uma concepção normativa da coerência para uma teoria discursiva da argumentação jurídica. Cadernos de Filosofia Alemã, 6, p. 85-102, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia entre a facticidade e a validade. 2. ed. Vol I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HART, Hebert L.A. O Conceito de Direito. Tradução de Armindo Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

_____. O Conceito de Direito. 3. ed. Tradução de Armindo Ribeiro Mendes Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo.
Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora
Universitária São Francisco, 2008.

HOFFE, Otfried. Immanuel Kant. São Paulo:
Martins Fontes, 2005.

_____. Justiça política. São Paulo:
Martins Fontes, 2006